



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARTICULAÇÃO E CONTRATO
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
SBS QD. 02 – BLOCO F – EDIFÍCIO FNDE – CEP 70.070-929
TEL: (61) 2022-4643/4510/5105 – FAX: 2022-4408

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2012
Material e Equipamentos Médicos

Aos dezoito dias do mês de outubro de 2012, no Auditório da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, localizada à Avenida Paulista nº 1313, 4º Andar, São Paulo/SP, às 9 horas e trinta minutos, foi realizada a presente Audiência Pública nº 15/2012, por intermédio do Aviso de Audiência Pública nº 15/2012, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, do dia 2/10/2012, página 53. A presente Ata destaca os principais pontos da citada audiência. A gravação da mesma estará disponível em CD encartada no Processo de Audiência Pública no FNDE. A Audiência Pública 15/2012 foi aberta pela Chefe da Divisão de Avaliação de Registro de Preços do FNDE, Rita Helena Barbosa Custodio Fragale, com os esclarecimentos sobre os objetivos da mesma. Em seguida solicitou aos participantes que se apresentassem, informando o nome completo e a empresa e ou órgão que representavam. Após as devidas apresentações, a Presidente da Audiência, senhora Aloma Marques Taveira, Coordenadora Geral de Mercado, Qualidade e Compras do FNDE, deu continuidade a sessão se aprofundando nos propósitos da Audiência Pública, explanando sobre as expectativas do FNDE com relação ao processo de licitação, cujo o objeto é o registro de preços para aquisição de material e equipamentos médicos a serem utilizados no trabalho de prevenção, promoção e atendimento integral à saúde de alunos da educação básica, para o atendimento das escolas das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, do Programa Saúde da Escola, sob a gestão da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Informou que a demanda do MEC é registrar cerca de 90 mil itens e a aquisição garantida é de cerca de 70 mil itens, pelo prazo de 12 meses, que é a vigência da ata de registro de preços. Acrescentou que é fundamental que a ata inicie ainda em 2012, devido ao orçamento garantido para esse fim. Falou que o FNDE tem como missão prestar assistência financeira e técnica na execução das ações educacionais implementadas pelo MEC. O processo licitatório realizado pelo FNDE, por meio de registro de preços, permite que municípios e estados adquiram, com recursos de transferência direta – recurso garantido pelo governo federal, sendo permitida sua utilização apenas para aquisição dos produtos registrados no pregão –, de recursos próprios – que também são recursos destinados aos municípios e estados para a utilização na melhoria da qualidade da educação – de produtos de qualidade, com preço justo, sem que eles tenham que realizar o processo licitatório local. Citou o exemplo do Programa Caminho da Escola como pioneiro na modalidade de aquisição de registro de preços e o sucesso obtido a partir de 2007, permitindo a cada registro de preços mais qualidade e melhor preço. Na continuidade, apresentou os detalhes do processo do Registro Nacional de Preços - RNP, modelo gerencial em que é realizada uma única licitação para o atendimento de toda rede educacional brasileira. Na apresentação informou o levantamento realizado pelo FNDE das necessidades de produtos demandados pelas redes municipal, estadual e do Distrito Federal por meio do SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação, inseridas no PAR - Programa de Ações Articuladas. Com essas informações, o FNDE providencia a especificação detalhada do produto, primando pelos critérios de qualidade, com parceira com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, entre

outras instituições, com exigência de certificações técnicas através de normas, e considerando as necessidades do usuário, que é o aluno. Em seguida, informou sobre a realização de um estudo de mercado, pelo qual são avaliados os dados econômicos, a cadeia produtiva, a cadeia logística e a referência de preço, ocasião que será definida a estratégia de licitação. Continuando, informou que, de posse dessas informações, o FNDE realiza a Audiência Pública, oportunidade em que a Autarquia conta com a participação de fabricantes, fornecedores, distribuidores, representantes das secretarias de educação estadual e municipal, e da sociedade como um todo, bem como de OCP - Organismo de Controle de Produtos, para, através da troca de experiências e sugestões transmitidas por intermédio dos participantes, haja mais transparência e maior competitividade no processo licitatório. Após a realização da Audiência Pública, o FNDE analisa as contribuições e consolida as especificações do produto a ser adquirido. A seguir, o FNDE realiza o pregão eletrônico, momento em que as empresas interessadas ofertam lances de preços para o produto proposto. As empresas que ofertaram o menor preço apresentam a documentação de habilitação jurídica, econômico-financeira, fiscal e capacidade técnica. Após aprovação da documentação, é exigida a apresentação do protótipo ou amostra para análise. Mediante a aceitação da proposta, o FNDE homologa e adjudica a licitação. A seguir, as atas de registro de preços ficam disponibilizadas no Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços – SIGARP, sistema implantado pelo FNDE para gerenciar as atas pelo período de um ano. As entidades interessadas cadastram suas propostas no PAR e o FNDE analisa as propostas. Após a aprovação pelo PAR, as solicitações de adesão são enviadas ao SIGARP de forma automática. Em seguida, o FNDE consulta o fornecedor pelo SIGARP e, após concordância do fornecedor, o interessado recebe sua anuência e a autorização do FNDE, via SIGARP. De posse da documentação referente ao pregão, o interessado fecha contrato com a empresa e o fornecedor entrega os produtos. A presidente mostrou outros itens de registro de preço gerenciados pelo FNDE, disponíveis no portal de compras. Solicitou aos presentes que desprezassem as especificações técnicas preliminares fornecidas pela Secretaria de Educação Básica do MEC, recebidas na entrada da audiência, tendo em vista que, por solicitação do MEC, as referidas especificações foram alteradas e que a representante da Secretaria de Educação Básica do MEC, senhora Maristela Lima, participaria da audiência com vistas a dirimir as dúvidas que pudessem surgir. Foram selecionados trinta e um itens para discussão. O Programa Saúde na Escola - PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de estudantes da rede pública de ensino. Em seguida, passou a condução da audiência para a Chefe da Divisão de Qualidade do FNDE, senhora Leidiane Almeida Araujo, para realizar a apresentação das especificações técnicas preliminares de material e equipamentos médicos. Iniciou apresentando item por item e contou com a participação dos presentes, que acrescentaram sugestões, posteriormente avaliadas e consolidadas pela equipe técnica do FNDE/MEC. Dando início às sugestões, em relação à balança de plataforma portátil, (balança eletrônica portátil), questionou-se sobre prazos diferentes de entrega, de acordo com o número de aquisições, porque isso poderia gerar despesas com frete. Sugeriu-se, então, a adoção de um prazo máximo único para entrega, porque em 90 dias seria impossível entregar para regiões mais distantes. O senhor Arnaldo, da ABROC, falou que boa parte dos materiais é importada, sobretudo os modelos de balança anatômicos. Dessa forma, ele sugeriu a inspeção por amostra, por lotes. Disse, também, que as normas geralmente especificam o peso que caracteriza a portabilidade do equipamento (norma 61010: balanças). Questionou-se sobre a possibilidade de o INMETRO aprovar uma balança desse tipo. O senhor Marcio Pinho, da Ottoboni, disse que é possível. O senhor Arnaldo esclareceu que o INMETRO só certifica balanças metrológicas para uso comercial, no entanto, isso não impede que a adequação ocorra, dependendo da especificação. A Brink Mobil sugeriu um intervalo para o peso, principalmente quanto ao peso máximo, pois se trata de uma balança portátil. A senhora Mary, da Ottoboni, perguntou sobre o peso da própria

balança e a senhora Maristela esclareceu que o MEC optou por não restringi-lo. A Brink Mobil pediu a especificação do material da bolsa para transporte da balança. Em relação ao antropômetro vertical fixo (estadiômetro), verificou-se a necessidade de se definir a tinta, porque a tinta da compra anterior não resistiu. A Ottoboni ficou de mandar por e-mail qual tinta seria mais adequada. Discutiu-se sobre qual o melhor tipo de produto: se deveria ser mesmo fixo ou portátil. Quanto ao material, foram sugeridos alumínio ou plástico, pois o inox é mais caro. Alumínio e plástico são similares, inclusive no preço, mas o alumínio é mais resistente. A senhora Aloma Marques Taveira falou que, em relação ao antropômetro vertical fixo (Estadiômetro Fixo), deveriam se incluir todas as peças necessárias para sua utilização e fixação. Disseram também que, quanto ao estojo para proteção e transporte, terá de se definir o material, o que depende do fato de ser fixo, portátil ou semi-portátil. Em relação à escala numérica gravada no antropômetro, deve-se definir uma tinta resistente ao uso. O senhor Arnaldo sugeriu que o aço seja usado só para o estadiômetro, não para a mola ou para a fita. Se for essa a interpretação correta, deve-se definir o material da fita e da mola. Quanto ao infantômetro, (estadiômetro infantil), em relação à sua graduação, o senhor Arnaldo esclareceu que as resoluções são sempre feitas de 1 mm em 1mm, 2mm em 2 mm ou 5 mm em 5 mm. O senhor Angelo, da Crivitta, informou que os equipamentos geralmente não têm precisão de 1 mm, mas de 0,5mm a 0,5mm, porque as crianças se movem muito e que também há diferença quanto à precisão de 1mm e resolução de 1mm. O senhor Alisson Rodrigues indagou sobre a adequação das dimensões de tamanho do “Kit bocão”. Os fornecedores disseram que está adequado da maneira que foi definido. A Brink Mobil sugeriu aumentar para 120g o peso da macro escova, e esclareceu que não existe uma única peça que atenda aos três tipos especificados, do “Kit Bocão” (I,II e III), descritos na letra “a”. A senhora Leidiane Almeida Araújo questionou sobre o uso do PVC flexível (que leva ftalato). A Brink Mobil disse que esse material é amplamente usado. Comentou-se a respeito da impressão monocromática, na embalagem, na face frontal, do “Kit Bocão”, que tem de definir as cores da caixa. Quanto ao comprimento do fio dental, verificar se não é 50m, em vez de 500m, como foi indicado. Ficou acertado com os fornecedores que as outras contribuições para aprimorar as especificações técnicas preliminares poderiam ser enviadas até o dia 26 de outubro de 2012, para o e-mail constante do Aviso de Audiência, juntamente com o questionário sobre o perfil das empresas. A Presidente encerrou a audiência às 12 horas.